

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.450.915 - SP (2019/0042873-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **PLENO PARTICIPACOES LTDA**
ADVOGADOS : **ADRIANO GREVE - SP211900**
ANDRÉIA DA COSTA FERREIRA - SP163763
OTÁVIO DIAS BREDAS - SP276990
FABIO HENRIQUE PEJON - SP246993
AGRAVADO : **SERGIO MURILO COVA GIGLIUCCI**
AGRAVADO : **VIVIANE CRISTINA BATTISTELLA**
ADVOGADO : **ANA CAROLINA PONCE DE QUEIROZ CARVALHO E OUTRO(S) -**
SP299541
INTERES. : **AVCAP SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIMEIRA LTDA**
ADVOGADOS : **ADRIANO GREVE - SP211900**
ANDRÉIA DA COSTA FERREIRA E OUTRO(S) - SP163763
OTÁVIO DIAS BREDAS E OUTRO(S) - SP276990
MARIA REGINA DA SILVA PEDROSA - SP264993

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PLENO PARTICIPAÇÕES LTDA. contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Apelação Cível Compra e venda - Ação julgada parcialmente procedente, com rescisão do contrato e condenação das rés na devolução integral do valor pago, corrigido monetariamente e com juros da citação Inconformismo Apelo da corré que não discute o mérito da sentença, mas apenas defende a sua ilegitimidade passiva e pede denunciação da lide da construtora Alegação de que somente é a dona do terreno Ação que pretendeu a rescisão contratual sendo que o nome da apelante consta expressamente no contrato de compra e venda como promissária vendedora Relação de consumo configurada - Segundo os art 7º, § único, e art. 25, §§ 1º e 2º, do CDC, a responsabilidade civil é solidária na cadeia de fornecedores - Legitimidade da apelante para constar no polo passivo em relação a rescisão e repetição do indébito Denunciação da lide que é vedada, resguardado direito de regresso - Inteligência do art. 88 do Código de Defesa do Consumidor Carência de interesse da apelante em relação a discussão acerca da solidariedade para respos der pela indenização já que não há condenação neste sentido Sentença mantida Recurso improvido"(e-STJ fl. 446).

Nas razões do especial (e-STJ fls. 476-500), a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 28, 29 e 30 da Lei nº 4.591/1964.

Aduz que *"a única hipótese que ensejaria sua responsabilização solidária, na forma da legislação utilizada pelo v. Acórdão, ocorreria se ela tivesse praticado atos de incorporação, ou a eles equiparados, o que não foi retratado nos autos, o que caracteriza a causa de excludente de responsabilidade da Recorrente"*.

Apresentadas as contrarrazões e inadmitido o recurso na origem, sobreveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

De início, verifica-se que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, verifica-se que os artigos apontados como violados no recurso especial, não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

Ademais, o Tribunal local, reconheceu a legitimidade passiva da recorrente sob os seguintes fundamentos:

"E veja que a apelante consta expressamente no contrato de compra e venda, págs. 60/64 como a promitente vendedora, o que por si só induz na sua legitimidade para figurar no pólo passivo em relação a rescisão contratual."

Veja que a própria corré afirma que o nome da Apelante somente foi veiculado no Quadro Resumo do contrato firmado entre a Primeira Interessada, AVCAP, e os Apelados, a fim de dar publicidade a estes últimos acerca de todos os envolvidos no negócio (empreendimento imobiliário).

Assim, ao participar do negócio é parte legítima para a sua rescisão" (e-STJ fls. 449).

Assim, rever tal conclusão encontra óbice juridicamente insuperável na Súmula nº 7/STJ, porquanto demandaria revisão de matéria fático-probatória, procedimento inviável no âmbito do recurso especial.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Brasília, 27 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator

